



Universidade de Brasília  
Instituto de Relações Internacionais  
Curso de Especialização em Relações Internacionais

O Brasil e a Evolução de sua Participação no Debate Ambiental  
Multilateral (1970-2010)

Fernando Viana Bragança

Orientadora: Professora Dra. Ana Flávia Barros-Platiau

Brasília  
2012

# **O Brasil e a Evolução de sua Participação no Debate Ambiental Multilateral (1970-2010)**

**Fernando Viana Bragança\***

## **RESUMO**

O Brasil gradativamente vem conquistando espaço internacionalmente por seu crescimento econômico e representatividade política em fóruns internacionais multilaterais. Na questão ambiental, fica perceptível o progresso da postura brasileira de país fechado ao debate global, na década de 70, e que foi progressivamente alterando sua gestão interna e seu posicionamento internacional nas décadas subseqüentes, até chegar ao caráter de líder ecológico e promotor de boa governança desta agenda.

**PALAVRAS-CHAVE:** Brasil. Meio Ambiente. Governança Global. Multilateralismo. Ecológica.

## **ABSTRACT**

Brazil has been gradativily conquering space in the international arena for its economic growth and political representation in multilateral forums. On the environmental subject, it is noticeable the progress in the brazilian posture, as a closed country on the global debate, in the 70s, and gradually changing its internal management and international position on the next decades, until it arrives as an economical and political leader, as a promoter of the agenda on good governance.

**KEY-WORDS:** Brazil. Environment. Global Governance. Multilateralism. Ecopolitics.

---

\* Artigo apresentado como requisito parcial para obtenção de título de Especialista em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília, UnB.

## ÍNDICE

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>página 4</b>
<b>2. GOVERNANÇA E GOVERNANÇA GLOBAL</b>	<b>página 6</b>
<b>3. EVOLUÇÃO DA GOVERNANÇA AMBIENTAL GLOBAL E PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA</b>	<b>página 9</b>
a) A década de 70	<b>página 9</b>
b) A década de 80	<b>página 12</b>
c) A década de 90	<b>página 16</b>
d) A década de 2000	<b>página 21</b>
<b>4. ANÁLISE: BRASIL, LÍDER EM GOVERNANÇA GLOBAL?</b>	<b>página 24</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>página 28</b>
<b>6. REFERÊNCIAS</b>	<b>página 30</b>

## **1- INTRODUÇÃO**

Este artigo visa abordar a evolução do debate ambiental internacionalmente, propendendo à postura do Brasil nos fóruns internacionais para o meio-ambiente. Entende-se que houve uma constante alteração no regime ecológico, e que houve várias razões internas e inerentes ao País, que apresentou uma postura crescente no cenário internacional. Portanto, este artigo busca explicitar quais as razões principais para a evolução da participação do Brasil dentro das organizações internacionais voltadas para a agenda ambiental. Assim, será analisado o porquê da modificação da classificação brasileira de “Estado-veto”, por parte dos promotores da Conferência Ambiental de 1972, à nova categorização de “Estado promotor”, no final da década de 2000.

Como recorte temporal, teremos como início a Conferência de Estocolmo no ano de 1972 aos processos evolutivos na questão ambiental no ano de 2010. Explica-se tal escolha porque as Conferências Internacionais das Nações Unidas são marcos ideológicos e políticos tanto na evolução da proteção ecológica como das relações multilaterais em sua época. A amplitude do recorte, dividido analiticamente em décadas, apontará o momento inicial em que se mobilizou internacionalmente para o debate do meio ambiente, na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente de 1972, passando pela evolução do debate tendo em vista os contratempos internacionais da década de 80, a realização da Conferência no Rio de Janeiro na década de 90, à Cúpula de Joanesburgo e seus desdobramentos na década de 2000. Assim, será contemplada a evolução do papel dos países em desenvolvimento e emergente, notadamente do Brasil, bem como será analisada a capacidade de interlocução dos atores internacionais no contexto multilateral.

Será lidado para o estudo conceitos fundamentais para se entender a conjuntura multilateral internacional, como conceitos de governança e governança global. Com tais ferramentas, será possível analisar a postura do Brasil quanto à sua vontade política, seus conhecimentos técnicos e sua competência interlocutória, fatores necessários para um país com grandes pretensões internacionais.

A hipótese em que este estudo embarcou-se é que nas Conferências sobre Meio Ambiente das Nações Unidas em Estocolmo (Suécia, 1972), Rio de Janeiro (Brasil, 1992) e Johannesburgo (África do Sul, 2002), o Brasil foi atingindo a postura de respeito internacional na temática ambiental não só por ser uma grande economia mundial e por ter grande potencial ecológico, mas também por sua política de boa governança no decorrer das Conferências. Mesmo com caráter dissonante entre o que realiza internamente e o que defende internacionalmente, e com as disparidades sociais presentes no país, o Brasil conseguiu emergir como um condutor de boa governança internacional.

## **2- GOVERNANÇA E GOVERNANÇA GLOBAL**

Ao estudar a inserção internacional do Brasil na era da proteção do meio ambiente, deve-se ter em foco a maneira em que os debates, as decisões e as tendências internacionais foram sendo conduzidas. O conceito de Governança aporta nessa arena ao se avaliar como as resoluções de Conferências foram configuradas e como os países reagiram internamente e internacionalmente à nova mobilização social em prol da ecologia.

Num contexto evolutivamente multipolar e globalizado, países em desenvolvimento (PEDs), bem como os novos atores políticos como os Organismos Internacionais (OIs) e as Organizações Não-Governamentais (ONGs), passaram a ter mais voz e respaldo para influenciar as decisões oriundas dos fóruns de discussões abertos. O multilateralismo foi, entre os anos 1970 a 2010, ganhando mais força e dinamismo, ao mesmo tempo em que diminuía-se as antigas lideranças tradicionais e dava-se progressivamente mais peso aos que antes permaneciam apenas absorvendo as novas ondas ideológicas, sem poder influenciá-las.

Pela Guerra Fria, seu término, crises econômicas nos países industrializados e pelo impulso econômico de certos países em desenvolvimento, observou-se novas dinâmicas de conflitos. O antagonismo Leste-Oeste evoluiu para as disparidades Norte-Sul. Efetivamente surge o contraste na nova balança de poder, caracterizada agora entre países “ricos decadentes” versus os países “pobres emergentes”. É nessas novas influências e falta de uma liderança centralizada que abre-se o leque conceitual da Governança.

Governança, como preceito fundado com estudos propostos pelo Banco Mundial, implica a gestão eficiente do Estado, pontuando a importância da abertura da visão estritamente voltada apenas para a área econômica para uma que capte maior flexibilidade de autonomia nas escalas sociais e nas políticas públicas. Não se está apenas visando os resultados das políticas governamentais de um partido organizado dentro de um país, como também a maneira em que se exerce esse exercício político (GONÇALVES, 2005). Ou seja, governança se torna a forma em

que um Estado age para racionalmente alcançar seus objetivos internamente, utilizando das maneiras consolidadas e institucionalizadas a ele para atingir tais metas. E a partir da ideia de governança, abre-se o foco para a Governança Global.

Quanto ao conceito de governança global, é característica a falta de uma autoridade única, institucionalizada. Entretanto, percebe-se que pela influência e capacidade de determinados Estados, surge uma ordem voltada à seus interesses e sua liderança, sendo “óbvio que um mínimo de ordem e de entendimentos rotinizados está normalmente presente na conduta da vida mundial” (ROSENAU, 2000, p. 19). A governança global abre-se para a influência não apenas dos Estados, mas visa localizar os atores não estatais no direito internacional e na política (BARROS-PLATIAU, 2001). Aqui, não apenas o alcance dos Estados fica em destaque, mas também as OIs e ONGs ganham participação na discussão de temas globais.

Na governança global, criam-se instituições diversas de caráter internacional, bem como novos regimes internacionais. Instituições como a Organização das Nações Unidas (ONU) ou o Fundo Monetário Internacional (FMI) surgem no contexto das relações internacionais, abarcando fóruns, como as Conferências para o Meio Ambiente (CNUMA) e definindo diretrizes a serem seguidas pelos Estados membros. Por Governança Global, entende-se essa busca por palcos onde atores tradicionais e novos atores podem confrontar ideias e depurar entendimentos que afetarão e redefinirão os regimes internacionais. Daí percebe-se a necessidade de analisar a evolução da discussão ambiental em fóruns ambientais, por expor as novas posturas ideológicas e novas dinâmicas de Governança Global sobre o regime ecológico.

Tendo como ferramenta o conceito de governo e governança, pode-se abrir espaço conceitual para a ideia da “governança sem governo”. Governar constitui deter meios coercitivos que torne possível desempenhar uma função imediatamente associada ao poder de decidir e implementar decisões, adicionando aí a capacidade de influência e comando comportamental (NOGUEIRA, 2001). Governança sem governo, pois, não exclui conceitualmente a participação dos governos nacionais, e sim estimula a ausência de uma autoridade governamental soberana no sistema

internacional (GONÇALVES, 2005). Na medida em que diversos atores se tornam cada vez mais interdependentes, não apenas um Estado, ou um organismo monolítico, conseguirá deter completo controle sobre os rumos e ditames nos regimes internacionais. Faz-se necessário gerar acordos e convergências diplomáticas e políticas para uma efetiva governança em caráter global.

Para a governança global ambiental, sua definição recai sobre as metas e procedimentos que os regimes internacionais contemporâneos definirem. Suas arenas para confluência de resoluções estão intimamente ligadas à participação nas agências das Nações Unidas. Na evolução da história da política ambiental global, os países emergentes notadamente vem se aproximando mais dessas negociações multilaterais, para utilizar sua influência para reformar e rebalancear a governança global ambiental existente (BARROS-PLATIAU, 2011).

Os países desenvolvidos foram os primeiros a debater a ecologia e possíveis formas de sua gestão. Enquanto o tópico ambiental ganhava mais foco, estudos e cobertura midiática alargavam a mobilização da sociedade civil organizada, que pressionava seus governos para ações mais concretas contra a destruição irrestrita do meio-ambiente. Ao pô-lo em discussão na Conferência Ambiental das Nações Unidas em Estocolmo, em 1972, criou-se uma nova forma paradigmática de se estudar e gerir a ecopolítica internacional. A governança internacional sobre o tema motivou o constante debate, posicionando o meio-ambiente na agenda de Estados, Organismos Internacionais e Organizações da Sociedade Civil Organizada.

Portanto, tendo em vista esse contexto teórico, cabe explicitar como foi a evolução da temática ambiental internacionalmente, para observar a posição do Brasil em meio às Conferências realizadas. Assim, analisando progressivamente a evolução da proteção do meio ambiente concomitantemente à postura do país internamente, pode-se depurar as razões que levaram à possível alteração no comportamento brasileiro nos fóruns ambientais internacionais.



### **3- EVOLUÇÃO DA GOVERNANÇA AMBIENTAL GLOBAL E PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA**

Será examinada, neste tópico, como se deu a evolução do debate e das ações voltadas à governança ambiental global, bem como a maneira que o Brasil enxergava essa questão e lidava com essa alteração paradigmática. Tendo como ponto inicial a década de 70, marco histórico graças à realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, passando pelas conturbações na ordem internacional na década de 80, a consumação da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, no Rio de Janeiro na década de 90, analisando o que foi concretizado na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável de Joanesburgo na década de 2000, bem como seu eco nos processos estruturais até o final o final dessa década.

#### *a) A década de 70*

Numa primeira abordagem da evolução política da temática ecológica sob a perspectiva brasileira, deve-se analisar as décadas que separam a Conferência de Estocolmo em 1972 ao final da década que promoveu a Conferência de Joanesburgo em 2002.

Tendo como partida a década de 70, observa-se o começo do desenvolvimento da ideia de proteção ecológica no mundo, o que pode ser demonstrado pela realização de conferências e relatórios sobre tal temática. Diálogos e acordos sobre diversos aspectos, principalmente num caráter *ad-hoc*, sobre o meio natural já existiam, mas houve nessa década uma guinada política e diplomática que visava englobar acordos e despertar o debate mundial, tanto primordialmente pela Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano em Estocolmo,

como pelos Relatórios Meadows, Relatório Tinbergen, Relatório Laszlo e Relatório Bariloche, que abordavam a questão dos limites do crescimento e seus desdobramentos (VIOLA, 1987).

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano realizada em 1972, tida como marco tanto por se tratar da primeira Conferência sobre tal temática, quanto pela grande presença de líderes políticos, foi caracterizada pela grande pressão realizada pelos países do Norte ao apontarem a falta de apoio governamental dos países do Sul no combate à exploração e à poluição. O descontrole extrativista que os países em desenvolvimento realizavam em seus territórios foram constantemente criticados pelas nações mais desenvolvidas nessa reunião (LAGO, 2006). Deve-se isso ao crescimento econômico rápido que alguns países estavam experimentando, que inevitavelmente gerava mudanças sociais e organizacionais dentro de diversas sociedades, sem um devido preparo para mitigar avanços contra o meio ambiente.

Internamente, a ideologia brasileira defendia tal crescimento acelerado da economia, consenso da elite no País desde a formulação das políticas de Juscelino Kubitschek de avançar “50 anos em 5”. Tais ideias estavam tão entranhadas no discurso do País que, na Conferência de Estocolmo, as críticas eram rebatidas com a argumentação que as “as preocupações com a defesa ambiental mascaravam interesses imperialistas que queriam bloquear o ascenso dos países em desenvolvimento” (VIOLA, p.84, 1987).

A depreciação da questão ambiental fez parte das duas décadas de regime autoritário brasileiro, eclipsando-se no debate da gestão econômica para a defesa do capitalismo e do desenvolvimento (este, nada relacionado com desenvolvimento vinculado ao equilíbrio ecológico). Para o país, o meio ambiente correspondia a uma preocupação política, e tanto o Brasil, como as demais economias autoritárias que experimentavam grandes taxas de crescimento econômico (como África do Sul, Irã e a Coreia do Sul) viam os movimentos ambientalistas como possíveis antagonistas às grandes performances econômicas experimentadas (LAGO, 2006). Como parte do debate da Conferência, os PED insistiam na inserção da temática do desenvolvimento nos documentos finais da reunião.

Desdobramentos resultantes da Conferência de Estocolmo tiveram grande repercussão institucional no âmbito da governança global, com a criação, em 1972, do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Embora estritamente de pequeno porte e com limitados recursos, marca-se a emergência da ecopolítica organizada e legitimada em definitivo no contexto multilateral. Os problemas ambientais entram de forma contundente para a agenda internacional. Para o PNUMA, cabia catalisar e estimular a implementação de um plano de ação que avaliaria o meio-ambiente, definiria objetivos para sua gestão e criaria medidas de apoio à atividades econômicas. Nesse âmbito, a Conferência de Estocolmo ajudou a sensibilizar os Estados, principalmente os em desenvolvimento, de seu papel na questão ambiental, resultante na aprovação da Declaração de Estocolmo sobre o Meio Ambiente, com princípios norteadores para ações futuras da comunidade internacional (LE PRESTRE, 2000).

No Brasil, em 1974, desenvolve-se também um órgão governamental específico para o assunto, sob a direção do Ministério do Interior. A Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA) foi criada na dinâmica do governo Geisel, mas pouco estaria habilitada para examinar as convergências políticas em torno da harmonia ambiental. Tal articulação estrutural servia apenas nominalmente, com objetivo exclusivo de “cumprir exigências de alguns organismos internacionais”, para desenvolver relatórios de impacto ambiental que viabilizariam empréstimos estrangeiros para obras de infraestrutura nacional (VIOLA, p.84, 1987). O período em que o País vivia, sob a égide do regime militar, não provia um favorável espaço para discussões democráticas abrangentes sobre o assunto (BATMANIAN, 2006). Mas não cortou efetivamente os esforços para se estudar e entender mais sobre a questão dos excessos cometidos em desfavor do meio ambiente.

Além dessa secretaria, foram criadas, no decorrer da década, algumas agências estaduais de meio ambiente, que combatiam apenas as grandes e destacadas instabilidades geradas pela poluição ambiental. No entanto, pouco efeito prático surtiu para uma efetiva reorganização em prol do desenvolvimento ambiental, mantendo-se a exploração no sentido do desenvolvimento predatório. Vale ressaltar que movimentos da sociedade civil visavam salientar a importância da proteção do

meio ambiente aos olhos do governo e da comunidade. Surge assim, oriunda do terceiro setor brasileiro, a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN), primeira organização ecológica de toda a América Latina (VIOLA, 1987).

Com o choque do petróleo de 1973, governo e ambientalistas nacionais perceberam a importância de dar atenção aos recursos naturais não renováveis. A partir da união e diálogo entre pensadores sobre as melhores políticas possíveis para adoção que se foi construindo a identidade coletiva do movimento ecológico, com suas metas melhor organizadas, e pressão mais forte nas políticas do Estado. Tal processo estimulou a criação de revistas e edição de livros com a ecopolítica como assunto motor, ajudando a estimular uma futura alteração nos paradigmas políticos voltados à produção econômica e à gestão ambiental. Internacionalmente, novas reuniões como a realizada sobre o habitat humano (Vancouver, em 1976) ou de espécies ameaçadas de extinção (Washington, em 1973) esmiuçavam a diversidade subjetiva do meio-ambiente, aumentando a percepção mundial da fragilidade ecológica e estimulando o diálogo e articulações para uma eficaz preservação (LE PRESTRE, 2000).

#### *b) A década de 80*

Na dinâmica da Guerra Fria, crise do petróleo e do endividamento com a dificuldade de gestão da dívida externa, constata-se um enfraquecimento das questões relativas ao meio ambiente. Na Europa e nos Estados Unidos, onde os movimentos ambientais emitiam maior força e voz, diminuiu-se a importância desses assuntos, focando-se na reestruturação econômica em seu sentido tradicional, sem maiores preocupações com uma inserção racional ambiental. A divisão internacional gerado por novas tensões Leste-Oeste também minguaram o debate e a atenção às causas ambientais. Justo na década em que comemoraria os 10 anos da Conferência

de Estocolmo, também iria-se assistir desastres socioambientais graves, como acidente da usina química de Bhopal, Índia (1984), e o acidente nuclear de Chernobyl, na Ucrânia (1986).

A crise econômica mundial e as imposições financeiras geradas no âmbito de cada país prejudicaram a capacidade de estimular políticas verdes em cada sociedade, nitidamente entre os países do Sul, que amargavam grandes endividamentos em seus processos desenvolvimentistas. A dificuldade em obter financiamento externo e de balancear as importações e exportações geraram grandes problemas de déficit público em diversos países da América Latina, o que distanciou diretrizes políticas ambientais das políticas emergenciais momentaneamente.

Entretanto, na segunda metade da década, novo fôlego diplomático deu à ecopolítica importância no cenário internacional. Os retrocessos gerados anteriormente entraram em pauta ao surgir novos estudos sobre a rarefação da camada de ozônio e ao se constatar o potencial destrutivo que acidentes, naturais ou humanos, poderiam desencadear no âmbito dos ecossistemas mundiais. O acidente na usina nuclear de Chernobyl em 1986 foi um grande exemplo da capacidade destruidora que acidentes humanos poderiam causar.

O desinteresse da administração Reagen, nos Estados Unidos, também suscitou maior descontentamento social quanto às políticas adotadas nos países desenvolvidos. Por conseguinte, organizações não governamentais começaram a ganhar mais adeptos e a se expandir, criticando não apenas a gestão política interna, mas também como a questão estava sendo debatida e gerida internacionalmente.

Ademais, a mitigação da preocupação internacional em 1987 com a ideologia e força da União Soviética, por conta de seu esfacelamento, abriu a possibilidade de ampliação de temas na agenda internacional. A questão da segurança e da ideologia anticapitalista perderam força, abrindo espaço para novas preocupações mais latentes, alimentando assim a causa ecológica (LEPRESTRE, 2002).

A força que partidos políticos ganharam nessa década refletiu sobre reuniões multilaterais. Para o grupo das sete maiores economias do mundo, a proteção dos recursos naturais entra definitivamente na sua agenda de debate. Teve-se vista atos

mais comprometidos com o meio ambiente nas concepções do Banco Mundial. Organizações não governamentais do Norte e do Sul trocaram informações e experiências, e abriu-se o debate não apenas aos problemas mundiais, como também aos problemas regionais. Observa-se uma maior porosidade entre política interna e externa quanto à gestão ecológica. Assim, não só os antigos tópicos da problemática ambiental voltaram à tona, como novas percepções e enfoques ao meio ambiente foram ganhando espaço.

Busca-se nesse período novas formas de cooperação entre ricos e pobres, como pelo Relatório Brundtland, em 1987, em que visava-se “estimular a ajuda ao desenvolvimento e reconciliar as agendas do meio ambiente com a do desenvolvimento” (LE PRESTRE, p.187, 2002). Num momento em que a fluidez monetária estava enfraquecida, tal relatório estabelece a noção de “desenvolvimento sustentável”, reforçando à comunidade internacional a promoção de novas políticas, mesmo com menor orçamento, que permitam o restabelecimento econômico de forma durável, diminuindo danos ao meio ambiente.

No Brasil, a transição democrática brasileira assimilou, mesmo que lentamente, os debates que foram surgindo internacionalmente. Nesse momento, o país procura “ajustar-se mais às expectativas da sociedade do que aos objetivos do Estado” (ALBUQUERQUE, p.50, 2006). A forte internacionalização dos discursos e dos atores influenciaram diferentes parcelas sociais. Discursos políticos passaram a abordar a questão ambiental em alguns Estados, principalmente no sul e sudeste brasileiro. Na sociedade, propaga-se o diálogo ecológico, inclusive entre produtores industriais, grupos sindicais e a classe média. A confluência no debate entre ecologistas rurais e urbanos estende-se, e assim, o movimento que antes era apenas de denúncia dos abusos cometidos e realizados passa a ser também formulador de estratégias para sua mitigação (VIOLA, 1987). Ganha-se espaço na mídia, e a temática e preocupação ecológica penetra nas políticas públicas, notadamente em nível municipal e estadual.

O Brasil, detentor de enorme parcela de fauna e flora mundiais, está em ascensão e projeção global, mesmo com dificuldades de gestão econômica e ambiental. O modelo de desenvolvimento adotado pelo país não foi adaptado às

mudanças que surgiram estruturalmente, gerando resultados negativos como a má-distribuição de renda e aumento da violência e pobreza (LAGO, 2006). As constantes críticas e medidas repressivas internacionais ao país, que está cada vez mais internacionalizando seu sistema produtivo, obriga o Brasil a reestruturar-se seguindo as ondas políticas mundiais. A liberalização brasileira o torna mais amarrado aos acontecimentos globais, que não podem mais ser abafados internamente. A abertura e redemocratização brasileira fortaleceram lideranças locais e facilitaram o debate público das políticas governamentais. A melhor estruturação dos partidos verdes nacionais ganha mais destaque graças aos avanços midiáticos sobre a perspectiva ambiental, e os cidadãos começam a absorver o discurso e a preocupação desta temática (VIOLA, 1987).

A degradação ambiental por parte do Brasil nas últimas décadas, graças à sua proeminente industrialização e crescimento, começa a impactar a racionalidade política, num momento em que a liberalização e a democratização dão mais voz e atenção às novas ideias de gestão da máquina governamental. Destaca-se nessa década as queimadas na Amazônia e o incêndio causado por um vazamento de gasolina em Cubatão, dois símbolos da má gestão nacional dos recursos naturais e força produtiva do país. Os movimentos sociais podem nesse momento florir e apresentar o quão predatório é o desenvolvimento brasileiro, apontando também as enormes críticas internacionais feitas ao país nos anos anteriores (LAGO, 2006).

Nesse contexto, a ascensão de interlocutores legítimos na sociedade brasileira, e uma maior convergência de valores e idiosincrasias com as políticas internacionais ao meio-ambiente, deram ao país condições de colocar as antigas práticas em debates, direcionando as ações políticas brasileiras para uma melhor gestão e respeito aos seus recursos. Fortalece-se a visão de que deve-se concomitantemente promover a proteção do meio ambiente e o apoio ao desenvolvimento, já previamente citado na CNUMA da década passada. Existe um crescimento alto no número de ONGs interessadas a propor debates sobre a questão ecológica, com espaço crescente em jornais e revistas, especialmente após a escolha do país para receber a próxima CNUMA, dessa vez no Rio de Janeiro (BATMANIAN, 2006).

O debate da ecopolítica já se torna referência nas arenas de discussão da governança brasileira de tal forma que penetra a Carta Constitucional de 1988, sendo um dos nove princípios gerais da atividade econômica, onde dedicou-se um capítulo inteiro ao meio ambiente (Art. 225 da Constituição Federal). O presidente Sarney, em 1988, preparou um programa, com envolvimento de sete ministérios, chamado “Programa Nossa Natureza”, que tinha, entre outras metas, “conter a ação predatória do meio ambiente e dos recursos naturais renováveis” (LAGO, p. 149, 2006). Cria-se também um dos mais proeminentes órgãos para a análise da conjuntura ambiental no Brasil, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Prepara-se o país, portanto, para uma guinada político-administrativa que será destaque na década seguinte.

### *c) A década de 90*

Vinte anos após a Conferência de Estocolmo, a comunidade internacional já estava consciente da importância e urgência do debate da questão ambiental. Todo o histórico de acordos, encontros e manifestações dos atores tradicionais e dos novos atores insurgentes, influenciados pelo apelo midiático e constatações científicas, formaram o embasamento necessário para concentrar esforços em torno do meio ambiente, gerando e gradativamente alterando a governança global na questão ambiental. Amplo se tornava esse debate na medida em que se alastravam os processos de democratização em diversas nações, que ampliava a discussão dos novos temas de *soft-power*, como a ecológica (LAGO, 2006). Pela Resolução 44/228 de 1989 da Assembleia Geral da ONU, convocou-se os Estados para o que ficou conhecido como a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), em 1992, na cidade do Rio de Janeiro, Brasil, também conhecida como “Eco-92” ou “Cúpula da Terra”.



Com uma preparação cuidadosa e antecipada da agenda a ser discutida e tendo reunido pontos de vista de diversos Estados, Organismos Internacionais e ONGs, pôde-se desenvolver estratégias que diminuíssem a degradação ambiental ao mesmo tempo em que se atrelava ao debate a questão do desenvolvimento. Tal enfoque foi gerido politicamente e diplomaticamente entre as nações do Norte e do Sul, visando os interesses dos países desenvolvidos em melhorar a gestão financeira dos recursos já dados, sem aumento de encargos sobre suas economias, além de ações para frear a destruição dos biomas terrestres. Já na perspectiva dos países em desenvolvimento, procurava-se não perder as ajudas externas recebidas para a gestão ecologicamente correta de projetos estatais internos e em não perder sua soberania ao deixar de continuar sua empreitada de crescimento socioeconômico por conta de possíveis arranjos políticos restritivos ao uso de seus recursos naturais (LE PRESTRE, 2002). Tanto o grupo do G7 e Rússia quanto do G77 apresentou declarações sobre os objetivos que deveriam ser visados e promovidos, o que ajudou a enriquecer as discussões e promoveu uma visão abrangente à complexidade da Conferência. Mesmo conceitualmente, é difícil separar as rusgas dos debates dentro dos blocos, que não são monolíticos, visto que integrantes de um mesmo patamar industrial apresentam vertentes políticas e ambientais distintas.

O objetivo principal da Conferência foi o de “reconciliar o imperativo do desenvolvimento com o da proteção ambiental” (LE PRESTRE, p. 213, 2002). Vinte e três variados objetivos foram estabelecidos para a Conferência do Rio, fio condutor para a concepção da Agenda 21, que apresenta planos de ações que merecem atenção política por organizar reflexões e somas de interesses dos diversos atores envolvidos no arranjo do evento. O evento contou com uma gama de atores eloquentes com o estudo da proteção ambiental, englobando os níveis governamentais, não governamentais, empresariais, científicos e acadêmicos (LAGO, 2006).

A Declaração do Rio, ao final da Conferência, surge como um manual de ação aos Estados, chamando-lhes atenção para novas formas de gerir sua política interna, promovendo a qualidade ecológica ao mesmo tempo em que incentiva o desenvolvimento das nações. Tal documento brota com princípios importantes, como o de “Metas Comuns Porém Diferenciadas”, que pode ser visto como um ganho por

parte dos países em desenvolvimento, enquanto os países desenvolvidos acrescentaram o princípio “Poluidor-Pagador” à Declaração da ECO-92. O primeiro busca definir que todos os países tem comum responsabilidade de preservar o meio ambiente, mas que países que foram ponta nos processos industriais devem tomar para si maior responsabilidade que os demais, pelos anos adicionais em que exploraram os recursos ambientais irrestritamente. Já o segundo princípio visa indicar que os países devem arcar com o ônus de recuperar os sistemas ecológicos por eles afetados, além de lembrá-los que é mais barato preservar um meio intacto do que recuperá-los após algum abuso (AGENDA 21, 2001).

Embora a Agenda 21 e a Declaração do Rio não demandassem compromissos firmes e juridicamente vinculantes, e embora não tenha se criado um fundo para maior ajuda financeira definido plenamente, a Conferência conseguiu alto impacto global. Teve-se a maior quantidade de representantes políticos presentes visto até então em uma Conferência multilateral, além de ter estimulado a cooperação ambiental global, de ter garantido a grandiosa presença da sociedade civil organizada, ter tratado diversos e polêmicos temas e de ter conseguido consensos diplomáticos e políticos. Está estabelecida a dinâmica entre setores, grupos sociais, econômicos e políticos, institucionalizando essas participações, com aparatos de reflexão e reclame (LE PRESTRE, 2002).

A CNUMAD abriu posteriormente espaço para novas reuniões sobre temas não debatidos. Inúmeras convenções e tratados foram desenvolvidos nos anos seguintes à Conferência, tanto regionalmente quanto de porte global. Na dinâmica Norte-Sul, percebeu-se o destacado crescimento econômico dos países em desenvolvimento, ao compará-los aos países mais industrializados. Desde 1960 até a década de 1990, os PED tiveram uma taxa de crescimento econômico médio superior à dos países industrializados (LE PRESTRE, 2002). E, nesse aspecto, os países em desenvolvimento com grande capital natural ficam em clara vantagem ao gerenciar suas vulnerabilidades em acordos de grande escala internacional. O Brasil, que se encaixa nas duas vertentes, foi o anfitrião do encontro.

Com as diversas mudanças estruturais que o país passava, com a redemocratização e a promulgação de uma nova Constituição, viu-se o momento

oportuno para mudar a imagem negativa que era vinculada ao Brasil, como grande desmatador e poluidor mundial. Mesmo com as dificuldades que vinham sendo acompanhadas, como a desaceleração econômica e as dificuldades financeiras, observou-se o momento em que o País poderia propagandear seu câmbio ideológico sobre a proteção ao meio ambiente que vinham sendo construído internamente. Criou-se a Comissão Interministerial para a Preparação para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CIMA), que articulava e definia o posicionamento brasileiro, contando como base diversos institutos, grupos de trabalho e estudo, além de dados das três esferas governamentais (Municipal, Estadual e Federal) e da comunidade científica e acadêmica (LAGO, 2006).

O Brasil, assim, adotou uma postura de líder ambientalista, diferentemente da propagada antes na Conferência de Estocolmo. Com um grande arsenal político e diplomático, o País fez-se ouvir durante a ECO-92 e obteve grandes ganhos, como na Convenção sobre Diversidade Biológica, que pela primeira vez admitiu que os recursos biológicos são próprios de cada Estado, e não patrimônios comuns à humanidade, ou na Convenção-Quadro na Mudança do Clima, em que diminuiu “a ênfase ao papel das florestas como sumidouros de CO<sub>2</sub>, o que desviava o foco dos verdadeiros responsáveis pelas emissões: os países industrializados” (LAGO, p.164, 2006).

A liderança brasileira na Conferência foi explícita, assim como foi possível perceber a distinção de posicionamento e organização científica que separam o País da CNUMA de 1972 à de 1992. As revisões desenvolvidas na Agenda 21 pela Conferência do Rio apontavam grandes avanços na área ecológica. Desta vez, não houve a imposições de correntes políticas vindas dos países desenvolvidos à postura brasileira. Desde as décadas passadas, foi possível perceber a “evolução progressiva rumo à mundialização e multilateralização” da diplomacia brasileira (VIZENTINI, p.159, 2006).

Nos anos seguintes à Conferência, setecentas e vinte e cinco organizações não governamentais voltadas ao meio ambiente foram identificadas no País (CRESPO, 2002). No campo empresarial, surge em 1997 o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBEDS), vinculado ao *World Business*

*Council for Sustainable Development* (WBCSD), e que conta com mais de cem grandes empresas brasileiras como membros (CRESPO, 2002). Na área acadêmica e científica, diversos trabalhos continuam a fomentar políticas e programas públicos. No campo internacional, o Banco Mundial passa a incluir o tópico da visão ambiental em suas operações financeiras, exigindo relatório de impacto ambiental das obras de grande porte ligadas à infraestrutura e saneamento, além de prover fundos para projetos específicos à área ambiental. (GUALDA, 2002).

Os anos seguintes à Conferência estão entre os de maior crescimento econômico na história mundial. Avanços tecnológicos, ascensão de novos países economicamente relevantes (como a China), volatilidade de transações financeiras e fluidez da comunicação tornaram conceitos como globalização palavra-chave em discursos que pretendem discutir avanços e progressos. Infelizmente, a cobiça por valores ocidentais estimularam potenciais práticas contraproducentes com o conceito de desenvolvimento sustentável em diversos locais no mundo (LAGO, 2006). Em menor ou maior grau, houve dificuldades que apontavam que o grande sucesso da ECO-92 poderia ser barrado em determinado nível pelas políticas dissociadas entre Desenvolvimento e Sustentabilidade, onde até a enorme mobilização em torno do protocolo de Quioto pôde sofrer certo desfalque com a não ratificação estadunidense ao tratado. Reflexos de entraves que também eram percebidos internamente.

O Brasil nessa década posiciona-se como referência mundial na abordagem da governança ambiental. Observa-se que houve uma relativa diminuição nos avanços ecológicos devido à turbulência da política brasileira com a saída do Presidente Collor, momentaneamente esvaziando o debate devido ao redirecionamento da atenção pública (BATMANIAN, 2006), mas a conquista internacional brasileira já estava óbvia. Finca-se o País como grande líder nos debates ecológicos, não estritamente pelo seu potencial biológico ou econômico, mas igualmente à forma diplomática e acurada de gerir discussões, definir agendas e preparar relatórios que proveja embasamento para formulação de políticas e conceitos essenciais ao regime ambiental global.

#### *d) A década de 2000*

Logo no começo da década, pela Resolução 55/199 da Assembleia Geral das Nações Unidas, convoca-se a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, para o ano de 2002, em Joanesburgo, na África do Sul. Tal convenção seria um instrumento de revisão dos progressos alcançados com base nas resoluções da CNUMAD do Rio de Janeiro (LAGO, 2006). Entretanto, a Rio-92 marcou o ápice de um movimento que decresceu subitamente, que resultou em entraves políticos em Joanesburgo (BARROS-PLATIAU, 2006).

Mesmo com o grande consenso político entorno das expectativas da Agenda 21, alguns condicionantes internacionais influenciariam de forma contundente a política ambiental na década de 2000. A influência das questões econômicas e de segurança foram dois grandes polarizadores dos debates na agenda internacional, sublocando a temática ambiental e a Conferência em si num nível de baixa intensidade política.

O primeiro quesito, econômico, foi devido ao grande crescimento observado em inúmeros países além do amplo desenvolvimento de setores como o de tecnologia e comunicação, e da facilidade de realizar transações financeiras por todo o mundo advinda dos processos de globalização. A fluidez em produzir, negociar, importar e exportar garantiu uma nova dinâmica dentro dos processos produtivos, bem como uma nova facilidade em adquirir novos bens de consumo. Nem sempre respeitadas, as metas de criar um desenvolvimento sustentável foram minguadas em torno do acesso a novos mercados consumidores e vantagens comparativas.

O segundo quesito, que polarizou as discussões internacionais logo no início da década, foram os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos. O momento político estava focado agora no escopo em curto prazo, e a urgência da questão de seguridade transferiu a atenção política, midiática e financeira do movimento ecopolítico global. Tal ataque não alterou a dinâmica interna apenas dos Estados Unidos, mas também de seus aliados e parceiros econômicos. Mesmo o País tendo exercido uma efêmera liderança nos primórdios do debate ecológico, seu

peso político nas questões de *hard* e *soft power* é significativa, e tê-lo demandando outra agenda enfraquece as discussões dos fóruns ambientais.

Mesmo com relativos entraves, a Cúpula pôde discorrer sobre pontos positivos nas ações executadas nas áreas de responsabilidade social e ambiental. Parte do sucesso de metas estabelecidas previamente se deve ao “empenho de comunidades e governos locais, empresas e organizações não governamentais” (LAGO, p. 93, 2006), bem como atitudes particulares tomadas por empresas que voltaram sua gestão em torno de normas sustentáveis.

Pontos negativos figuraram na recorrência de problemas já conhecidos anteriormente, decrescente ação política dos governos dos países em desenvolvimento e desenvolvidos, dificuldades em obter recursos financeiros, a manutenção do padrão de consumo alto dos países do Norte (adicionando as urgências consumidoras dos países emergentes), o esvaziamento da discussão realizada em outros fóruns, custos políticos para se seguir as necessidades ambientais e a disparidade socioeconômica entre os países ricos e pobres (BARROS-PLATIAU, 2006).

Ao final do encontro, pode-se destacar de resultados mais proeminentes a reafirmação de metas para a erradicação da pobreza, estímulo ao saneamento e acesso à água, inclusão da temática de energia renovável e responsabilidade corporativa. Houve também o fortalecimento da presença e da atuação de das ONGs, especialmente pela forma política e madura em que trataram o assunto nos fóruns de debate, além das empresas multinacionais, que também aportaram com caráter construtivo na discussão sobre desenvolvimento sustentável (LAGO, 2006). Entretanto, percebeu-se que esse conceito, desenvolvido na Cúpula anterior, não foi colocado em plena prática nos dez anos que as separam.

A presença brasileira na Cúpula de Joanesburgo teve um papel de destaque e, mesmo sendo grande representante do grupo G-77 e China, ou seja, porta-voz de países muito díspares entre si, recebeu reconhecimento tanto pela consistência política defendida quanto pela flexibilidade ao negociar. Em um fórum que teve a importância diminuída por conta da temática de segurança na agenda internacional, o

Brasil, ao encabeçar o grupo, não apenas recebeu apoio em temas prioritários, como também teve seu posicionamento percebido nas arenas de negociação (LAGO, 2006).

Nessa década, o Brasil continua recebendo atenção pela posição privilegiada concernente aos recursos naturais, como pela gestão ecológica, combate ao desmatamento, desenvolvimento econômico e liderança em nível internacional. Surge, no Congresso Nacional, as discussões para possíveis alterações no Código Florestal Brasileiro, pequenas alterações são discutidas, vistas como contra-fluente à corrente internacional na questão ambiental. Certos setores desaprovam tais alterações, achando que vão contra o propósito atual da nação.

O País, buscando seu papel de relevância no contexto internacional, vem gradativamente buscando mais parceiros para negociações multilaterais (BARROS-PLATIAU, 2006). Mesmo com dificuldades em aprofundar relações regionais, principalmente em matéria ambiental, o Brasil vem articulando posições conjuntas em diversos fóruns, garantindo maior participação dos países em desenvolvimento nos debates multilaterais. Tais articulações brasileiras transpassam o caráter estritamente governamental, sendo alimentados também por outros atores.

No Brasil, as organizações de sociedade civil obtiveram capacidade de estender sua participação gradativamente, tanto na esfera social quanto na empresarial. A organização e o peso das ONGs, por exemplo, estão cada vez mais legitimadas no contexto global. Tal conjuntura reforça organizações da ordem internacional que contam com sua participação ativa, como é o PNUMA. Mesmo com limites financeiros, esse órgão das Nações Unidas amplia sua influência por meio de parcerias entre os diversos níveis possíveis, notadamente com as de vínculo não governamental (BARROS-PLATIAU, 2006). Com o peso das articulações governamentais e não governamentais entre os diversos organismos internacionais, o Brasil passa a participar mais ativamente da governança global, chegando a um patamar de *global player* na maioria dos regimes internacionais dos quais participa efetivamente.

#### **4- ANÁLISE: BRASIL, LÍDER EM GOVERNANÇA GLOBAL?**

Tendo em vista a evolução da participação brasileira na conjuntura mundial das quatro últimas décadas, pôde-se constatar certas afirmações positivas quanto à postura nacional e internacional do País em torno da temática ambiental.

Pode-se acompanhar a evolução da participação nas políticas de gestão ambiental internacional do Brasil nos anos de 1970, 1980, 1990 e 2000 por meio de três perspectivas diferentes e complementares, o de querer participar ativamente nos debates de proteção ambiental, o de ter conhecimento técnico para realizar tal mudança política e o poder de interlocução para ser capaz de influenciar os demais países. Essa tríade de “querer, saber, poder”, que alguns pesquisadores das relações internacionais já vem explorando, se aprofunda na medida em que acompanha a evolução brasileira na ecopolítica.

Na década de 1970, percebe-se a vontade política baixa do País em discutir a questão da proteção ambiental, sem instituições sérias que estudem e analisem a temática, além da falta de interesse e recursos em capacitar-se como país que interage multilateralmente no âmbito ecológico. Entretanto, na década seguinte, especialmente na segunda metade da década de 1980, há uma guinada nesse processo rumo à vontade política em analisar o assunto. Por diversas frentes, governamentais ou não, o País busca criar e absorver conhecimento técnico e instrumental para tratar da temática ambiental, mas lhe falta ainda posicionamento internacional para discutir de forma séria como porta-voz internacional. Na década de 1990, com a meta já firmada de se tornar politicamente relevante na questão, e com seu conhecimento técnico (governamental, não governamental, científico e acadêmico) em consonância, o Brasil estreia nas arenas de negociação internacional ambiental como um representante apto à corresponder às expectativas de diversas nações, aprofundando o multilateralismo e os mecanismos de diálogo entre Estados. Por fim, pode-se analisar na década de 2000 a estruturação do País como *global player* na arena ecológica, com plena disposição política, aparatos que lhe dão suporte para tal, e com representatividade consolidada.



Tais mudanças ocorreram durante a reorganização estrutural do contexto internacional. A exclusão do sistema autoritário na gestão da política brasileira para as vias democráticas abriu a possibilidade de se debater temas que já haviam sido enfocados internacionalmente, estimulando a organização dos setores sociais e oxigenando a política quanto à forma de lidar com os recursos naturais que se tem acesso. A desenvoltura da economia brasileira também alterou a dinâmica produtiva do País e de seu papel como *role-player* internacional, dando essa representatividade visada em diversos fóruns internacionais. Tanto pelo seu peso econômico, como por sua diversidade, grandiosidade populacional e ambiental, acrescentado também o maior respaldo político e diplomático adquirido, o País pôde melhorar sua postura internacionalmente, se tornando um exemplo em ecopolítica, legitimando pretensões em ser locutor dos países em desenvolvimento.

No contexto internacional, a dinâmica como receptor de críticas pela forma de exploração da natureza foi dando espaço a um exportador de boas práticas e condutas para o meio ambiente, graças à alteração de sua política interna. Numa ordem em transição, onde o conflito Leste-Oeste perdia a razão de existir e extinguiu-se, e novos países, movimentos e coalizões se tornavam possíveis, graças à essa reestruturação no regime internacional, o destaque agora recaía nas grandes econômicas em desenvolvimento do Sul. Seu potencial crescimento estava intimamente relacionado à exploração dos recursos naturais, o que forçava a realização de um debate sério entre as nações sobre como tais deveriam se portar num mundo cada vez mais em suscetível à depredação ecológica.

No Brasil, grandes foram os progressos na área de governança. A democratização abriu portas para boas práticas, por meio do desenvolvimento de uma legislação moderna e consciente da pluralidade de tópicos a serem lidos no País. A presença de ONGs e de grupos minoritários também foram impulsionadores da mudança ideológica progressista vista nos últimos anos no País. A melhor e mais fluida descentralização da governabilidade no Brasil também estimulou gestões mais focadas nas questões de curto, médio e longo prazo, facilitando a identificação de problemas em diversas áreas e a troca de práticas para diminuir dificuldades (LAGO, 2006). Tais fatores são a amostra que o País apresenta hoje uma boa governança

ecopolítica, com suas associações e órgãos ministeriais, enfoques políticos e remodelação produtiva como vetores que promoveram uma gestão consciente do meio-ambiente internamente. Essas ações são, então, refletidas nos discursos e dados apresentados à comunidade internacional, que percebeu a atuação sólida do Brasil nesse debate contemporâneo. A organização da Conferência das Nações Unidas do RIO+20, em 2012, é um sinal latente de como o País é um grande promotor nas conquistas ambientais na sociedade internacional, bem como um governante interessado em fincar avanços e remodelações na ecopolítica global. A promoção de um evento como esse indica o compromisso brasileiro em atualizar as demandas e os progressos dos Estados no tema, sendo promotor de uma boa governança global nesse âmbito.

Entretanto, ainda são inúmeras as limitações enfrentadas. A aplicação e o respeito às leis, bem como a execução das decisões políticas, são grandes contratemplos. Com seu moderno conjunto de regras, o Brasil deve agora aprender a lidar com suas carências na formação de recursos humanos, além de ampliar a cooperação técnica, científica e tecnológica. Levantar recursos para as políticas ambientais também se torna um desafio. Promover uma constância no pensamento ecopolítico é igualmente um desafio, tendo as novas disposições do código florestal como prova de que o País, apesar de seus avanços, ainda tem a mentalidade predatória arraigada, onde já deveria prevalecer a utilização racional e moderna das áreas utilizadas para a produção. O descompasso percebido nos aspectos positivos e nos relativos retrocessos na questão ambiental das décadas passadas mostra que apesar de proeminente, ainda existem aspectos frágeis da temática no Brasil. Não se consegue estabelecer certas ideias como base para a proteção ecológica, como o vínculo entre produção e proteção, há muito tempo discutido e já estabelecido, mas que ainda sofre pressão por parte dos lobbies políticos de produtores que visam maiores facilidades extrativistas.

Tais limitações brasileiras não afundam terminantemente suas conquistas, mas a enfraquecem. Fica clara uma dissonância entre o que é promovido externamente e o que é realizado na prática. Alimenta-se nesse contexto o debate sobre as disparidades sociais presentes no País, que mesmo galgando a posição de

sexta maior economia do mundo, apresenta abismos econômicos entre a população mais rica e mais pobre. O desafio é como melhor dividir as riquezas entre os diversos níveis sociais, e como o desenvolvimento desses proventos deve ser ministrado para estar em conformidade com a produção “verde”, ou seja, produtivamente sustentável. É necessário educar os variados níveis sociais e governamentais da importância de manter sua rotina social e produtiva sempre voltada ao desenvolvimento e à proteção ao meio ambiente.

## **5- CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No decorrer da década de 70, tem-se a Conferência de Estocolmo como emblema da situação em que o Brasil e o mundo estavam na temática ambiental. A questão que antes nunca tinha sido trabalhada com tanto vigor e com tanta repercussão internacional ganha destaque, e fica caracterizado nesse encontro a posição de confronto que os brasileiros (e vários outros países em desenvolvimento) se encontravam com relação às propostas originais dos países desenvolvidos. O caráter defensivo da posição brasileira deu espaço a uma redefinição da questão internamente na década de 80, em que as mobilizações da sociedade civil e de órgãos governamentais perceberam a necessidade de enquadrar o País num contexto mais moderno e dinâmico. Tal disposição foi percebida na Conferência do Rio de Janeiro na década de 90, onde a questão do desenvolvimento vinculado à gestão ambiental foi definida e o Brasil pôde se posicionar como um interlocutor sério e legítimo dos países em desenvolvimento, com vontade política e conhecimento técnico para tal. Com o advento da Conferência em Joanesburgo na década de 2000, o País pôde liderar influentes nações no contexto multilateral, estimulando o diálogo e as cooperações entre Estados, blocos e organismos internacionais.

Percebe-se a proeminente alteração da postura brasileira visando melhor posicionamento internacional ao lidar com a questão ambiental. Primeiramente moldada de acordo com interesses dos países desenvolvidos, o debate e as ideias foram sendo adaptadas e redefinidas também pelos países em desenvolvimento, tendo destaque a posição brasileira. Tal remodelação se tornou uma atitude pensada que correspondia a um país interessado em valores modernos numa sociedade internacional globalizada. Instituições foram criadas e apoiadas, difundiu-se a informação, estimulou-se a cooperação e admitiram-se ONGs, OIs, empresas, universidades e cientistas no debate ecológico. Assim, galgando tais transformações, o País foi progressivamente deixando uma posição negativa de “Estado-veto”, que apresentava argumentos contraproducentes ao debate e à proteção, para se tornar um Estado promotor de boas práticas e de boa governança. O Brasil busca crescente participação nos fóruns das organizações internacionais, visa consenso, equidade,

inclusão e responsabilidade. Entretanto, essa posição ainda é relativamente frágil, por conta dos problemas internos em manter confluência entre o que é propagado e o que é efetivamente feito, sem contar os grandes desafios internos da disparidade socioeconômica, que o impedem de ir além do que já foi alcançado. Cabe ao País aprofundar o desenvolvimento econômico esperado para as próximas décadas com avanços sociais sustentáveis, sempre apoiados no sistema multilateral e de cooperação, para que continue sendo cada vez mais um grande representante global na questão ambiental.

Com o desenvolvimento de sua proeminência no âmbito ecológico, o Brasil agora pode desfrutar de uma posição favorável e de liderança nos debates acerca da proteção ao meio ambiente em suas diversas esferas. Ao promover o debate internamente, absorvendo estudos científicos, posicionamentos de ONGs, investimentos do setor privado e análises acadêmicas, o País pode gerir ações multilaterais de cooperação à serem seguidas por Organismos Internacionais ambientais. Deve-se, porém, ter em conta que é necessária uma constante atenção às políticas de gestão governamental nos setores brasileiros. O País ainda apresenta inúmeros desafios, e seu caráter de liderança internacional ambiental não esconde possíveis falhas a ser superadas.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon de. “Os Desafios de uma Ordem Internacional em Transição”. In: OLIVEIRA, Henrique Altemani de; LESSA, Antônio Carlos (Coord.). **Relações internacionais do Brasil: temas e agendas**. São Paulo: Saraiva, 2006. (v.1)

BARROS-PLATIAU, Ana Flávia. “A Política Externa Ambiental: do desenvolvimentismo ao desenvolvimento sustentável”. In: OLIVEIRA, Henrique Altemani de; LESSA, Antônio Carlos (Coord.). **Relações internacionais do Brasil: temas e agendas**. São Paulo: Saraiva, 2006. (v.2)

\_\_\_\_\_. **Novos Atores, Governança Global e o Direito Internacional Global**. 2001. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/31997-37543-1-PB.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2012.

\_\_\_\_\_. **O Brasil na Governança das Grandes Questões Ambientais Contemporâneas**. IPEA, Ano 2011. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/TD\\_1618\\_WEB.pdf](http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/TD_1618_WEB.pdf)>. Acesso em: 04 jan. 2012

BATMANIAN, Garo. “Environmentalism in Brazil: A Conservationist Outlook”. In: FELDMANN, Fabio (Ed.). **RIO + 10 Brazil: a decade of change**. Rio de Janeiro: Ministério do Meio Ambiente, 2002.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

CRESPO, Samyra. “The Brazilian Environmentalist Movement After Rio+20: Trends and Prospects”. In: FELDMANN, Fabio (Ed.). **RIO + 10 Brazil: a decade of change**. Rio de Janeiro: Ministério do Meio Ambiente, 2002.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO-AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Agenda 21**. Brasília: Senado Federal, 2001.

GONÇALVES, Alcino. O Conceito de governança. In: CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI, 14., **Anais**. Fortaleza, 2005. Disponível em: [http://www.unisantos.br/upload/menu3niveis\\_1323730898299\\_alcindo\\_goncalves\\_o\\_conceito\\_de\\_governanca.pdf](http://www.unisantos.br/upload/menu3niveis_1323730898299_alcindo_goncalves_o_conceito_de_governanca.pdf). Acesso em: 04 jan. 2012.

GUALDA, Regina. “Environmentalist Concern and The Young in Urban and Rural Areas”. In: FELDMANN, Fabio (Ed.). **RIO + 10 Brazil: a decade of change**. Rio de Janeiro: Ministério do Meio Ambiente, 2002.

LAGO, André Aranha Corrêa do. **Estocolmo, Rio, Joanesburgo: o Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas**. Brasília: Instituto Rio Branco, 2007.

LE PRESTRES, Philippe. **Ecopolítica Internacional**. São Paulo: Editora SENAC, 2000.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Em defesa da política**. São Paulo: Editora SENAC, 2001.

VIOLA, Eduardo “O Movimento Ecológico no Brasil (1974-1986): Do Ambientalismo à Ecolítica”. In: PADUA, Jose Augusto (Org.). **Ecologia e Política no Brasil**. 2ed. Rio de Janeiro: Editora Espaço & Tempo, 1987.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. “O G-3 e o G-20: o Brasil e as Novas Coalizões Internacionais”. In: OLIVEIRA, Henrique Altemani de; LESSA, Antônio Carlos (Coord.). **Relações internacionais do Brasil: temas e agendas**. São Paulo: Saraiva, 2006. (v.2)